

TRABALHO CIENTÍFICO - EIXO IV: ASSÉDIO MORAL, ASSÉDIO SEXUAL E
VIOLÊNCIA DE GÊNERO

**DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA EM
MULHERES VIVENDO COM HIV EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS**

Monica Andrade Dos Santos (monica.adsantos@gmail.com)

Fabiane Veloso Soares (fabiane.soares@ulbra.br)

INTRODUÇÃO

A violência obstétrica constitui qualquer ato de violência ou negligência no cuidado à gestante, parturiente ou puérpera, podendo manifestar-se de várias formas, desde a desumanização do atendimento até a imposição de procedimentos desnecessários sem o consentimento da mulher (MAGALHÃES, 2020)

Todas as mulheres têm o direito à saúde de qualidade e a receber assistência digna e respeitosa durante a gravidez e o parto. A violência e a discriminação são inaceitáveis nesse contexto (BRASIL, 2016).

No cenário global, o entrelaçamento entre estigma de gênero e estigma relacionado ao HIV, realçando como a discriminação de gênero pode amplificar o estigma enfrentado por mulheres vivendo com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV). O estigma de gênero muitas vezes se combina ao estigma do HIV, criando barreiras adicionais para o acesso a serviços de saúde e apoio (Turan et al., 2017). O estudo em questão traz à tona uma problemática de extrema relevância: a discriminação e o preconceito enfrentados por pessoas soropositivas ao HIV no momento do parto.

Em comunidades ribeirinhas, a situação é agravada pela escassez de recursos e profissionais capacitados, além do isolamento geográfico, o que restringe o acesso a uma assistência segura e respeitosa (MENEZES. 2020)

A intersecção entre a vulnerabilidade social, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde e o estigma associado ao HIV aguçam os desafios enfrentados tanto pelos profissionais de saúde quanto pelas pacientes. O enfermeiro, em particular, permanece em contato com as pacientes por um período significativo, principalmente durante momentos únicos como a gravidez e o trabalho de parto. Nesse momento, as mulheres se encontram emocionalmente sensíveis e vulneráveis, necessitando de cuidado e atenção (Moura et al., 2017).

Diante desse contexto, o estudo tem como objetivo descrever os desafios do profissional de enfermagem frente à violência obstétrica em mulheres vivendo com HIV em comunidades ribeirinhas.

Descritores: Enfermagem; HIV; Promoção em saúde; Violência obstétrica.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo Revisão Narrativa da Literatura, com buscas dos artigos realizada nas plataformas SciELO e BVS, através dos descritores em saúde: assistência de enfermagem; soropositivas; promoção em saúde; violência obstétrica, publicados entre 2018 a 2023. Os critérios de inclusão estabelecidos para o estudo foram: pesquisas originais, em língua portuguesa e disponíveis na íntegra. Em contrapartida, os critérios de exclusão foram duplicidade dos artigos, editoriais e estudos de casos bem como artigos não disponíveis na íntegra. Após as buscas foi realizado a organização dos dados em quadro e posterior análise por meio da categorização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência obstétrica emerge como um desafio premente nos cuidados de saúde materna, especialmente em comunidades isoladas e vulneráveis, como as ribeirinhas. Este artigo se debruça sobre a complexidade de manejar casos de violência obstétrica em mulheres portadoras do HIV nessas localidades,

abordando desde a contextualização da violência obstétrica até práticas promotoras de uma assistência humanizada.

O manejo do HIV em mulheres, especialmente durante a gravidez, requer uma atenção especializada devido às implicações na saúde maternal e fetal. A transmissão vertical do vírus é uma preocupação constante, exigindo que os profissionais de saúde estejam adequadamente preparados para oferecer um acompanhamento rigoroso e humanizado (VITORINO et al., 2021)

A estigmatização associada à doença, porém, muitas vezes conduz a uma prática assistencial marcada por preconceitos e discriminação. As pessoas soropositivas frequentemente enfrentam estigmas baseados em equívocos sobre como o HIV é transmitido. Esses equívocos podem levar a tratamento injusto, marginalização e até exclusão social. A discriminação pode se manifestar em várias áreas da vida, incluindo no ambiente de trabalho, na área de saúde, na educação e até mesmo dentro de suas próprias famílias (

No contexto do estudo conduzido por Yoshioka (2022), o preconceito e a discriminação contra pessoas soropositivas ao HIV se manifestaram de maneira grave no momento do parto. As comunidades ribeirinhas enfrentam barreiras significativas ao acesso à saúde de qualidade, incluindo a dificuldade de locomoção até unidades hospitalares e a falta de profissionais de saúde locais com formação específica em obstetrícia e no manejo do HIV. A vulnerabilidade dessas populações, exacerbada pela pobreza e pela falta de informação, cria um ambiente onde a violência obstétrica pode ocorrer com maior frequência e gravidade, sem a devida atenção e intervenção das autoridades de saúde (Magalhães et al., 2022).

Para mitigar os impactos da violência obstétrica e promover práticas assistenciais humanizadas, é imprescindível a implementação de intervenções focadas na educação continuada dos profissionais de saúde, no fortalecimento dos sistemas de referência e contra-referência, e no desenvolvimento de estratégias de apoio às mulheres portadoras do HIV. A adoção de protocolos clínicos específicos, a realização de campanhas de conscientização e a integração dos serviços de saúde são etapas fundamentais para garantir uma assistência segura, respeitosa e livre de discriminação (Oliveira et al., 2018).

Segundo Matoso et al. (2018) a promoção de práticas humanizadas na assistência à saúde materna em comunidades ribeirinhas requer um compromisso coletivo dos profissionais de saúde, das instituições e da sociedade. A valorização da autonomia da mulher, o respeito às suas decisões

e a garantia de um tratamento digno e sem preconceitos são elementos-chave para o combate à violência obstétrica. A abordagem ao HIV nesse contexto deve ser pautada na compaixão, no respeito à confidencialidade e no fornecimento de um suporte integral e multidisciplinar às gestantes. Os profissionais de enfermagem desempenham um papel crucial na identificação e no combate à violência obstétrica, especialmente em ambientes com recursos limitados. Eles enfrentam o desafio de prestar uma assistência qualificada e humanizada, superando as barreiras linguísticas, culturais e estruturais inerentes às comunidades ribeirinhas. A necessidade de capacitação contínua e de desenvolvimento de competências específicas para o manejo do HIV em contextos de violência obstétrica é evidente, demandando investimentos em educação e formação profissional (Pinto et al., 2019).

CONCLUSÃO

Conclui-se que o enfrentamento à violência obstétrica em mulheres portadoras do HIV em comunidades ribeirinhas passa pela intensificação de ações que promovam a equidade no acesso à saúde, pela capacitação dos profissionais de saúde e pelo fortalecimento das políticas de saúde maternal. Somente assim será possível garantir uma assistência qualificada e humanizada, capaz de superar os desafios impostos pelo isolamento geográfico e social dessas comunidades.

O diálogo contínuo entre pesquisa, prática e políticas públicas é crucial para desenvolver estratégias eficazes de intervenção. A promoção de práticas humanizadas de atendimento é um princípio orientador vital nesta jornada para garantir que a dignidade, o respeito e a saúde dessas mulheres sejam preservados. O compromisso por parte de todos os envolvidos nos cuidados de saúde é fundamental para transformar os desafios em oportunidades para um futuro mais inclusivo e empático no atendimento obstétrico.

Palavras-chave: enfermagem; hiv; promoção em saúde; violência obstétrica.